

83

Só Sarney pode adiar briga do Orçamento

Aldori Silva 5.1.87



Maílson: mais uma batalha contra o déficit público gigantesco

Murilo Murça

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, embora tenha desfilado sua vitória semana passada, aclamado pelos banqueiros nacionais e internacionais, empresários, políticos e militares, enfrenta, nesta semana, nova batalha na guerra contra a tríplice aliança da crise: déficit público, inflação, ameaça de estagnação econômica. Dividirá, no entanto, a posição de alvo único com seu colega do Planejamento, João Batista de Abreu.

O dia do confronto principal está marcado: quinta-feira. O local ainda está entre o Palácio do Planalto e o desconfortável Alvorada, onde os ministros da Fazenda e Planejamento deverão apresentar a amarga receita consubstanciada no projeto de orçamento para 1989 e no único choque que ambos defendem como necessário, o fiscal, que implicará aumento da cadente receita tributária líquida, soltando o «leão» da Receita contra os contribuintes.

Somente o presidente Sarney poderá adiar essa batalha se, amanhã, decidir por não incluir o tema na discussão de quinta-feira, já com o novo Ministério, uma vez que os cortes no Orçamento Geral da União atingirão a todos com reduções drásticas de investimentos e custeio, além da perda de funções e programas a transferirem-se para Estados e municípios. Imposições da Constituinte.

Os aplausos poderão virar pedradas. Em primeiro lugar pelos ministros que já travam uma luta intestina para preservar seus próprios gastos, seus programas e suas máquinas eleitorais. Do lado militar, mais disciplinado, há uma aceitação implícita de manutenção dos dispêndios, já achatados, desde que não se lhes reduza os soldos, também reduzidos sem possibilidade de greve.

Os empresários que aplaudiram vivamente, semana passada, a vitória de Maílson e a continuidade da guerra contra o déficit, com maior desestatização da economia, já preparam todas suas forças, e a possibilidade de fazer caixa para as eleições deste e dos dois anos seguintes, para defender os favores do Estado, os velhos subsídios, incentivos e renúncias fiscais. Querem os cortes, mas na carne alheia. Jamais na isenção de impostos que lhes favorece enormemente, hoje, e que deverão ser parcialmente eliminados. Não por vontade política explícita, mas simplesmente porque o Estado faliu. Falência que pode, a partir de agora, determinar de fato uma revolução no modelo interno de desenvolvimento, em que está implícita a democracia econômica. Maior liberdade de atuação mas menos favores e privilégios.

Exportadores

Um dos alvos preferenciais deve ser o setor exportador, que praticamente não paga impostos. E este já está preparado para argumentar que, não fossem as exportações,

o Brasil já teria entrado em uma de suas mais sérias crises de estagnação econômica. Mas o superávit provocado — que pode chegar aos US\$ 18 bilhões se não houver correção de rumos — também já virou problemas ao invés de solução. Está pressionando violentamente a base monetária e, com ela, a inflação. Em seguida, será a vez dos favores fiscais para áreas tidas como ineficientes mas cujos cartórios mantiveram isenções e subsídios.

Os banqueiros e o setor financeiro sentirão também o choque fiscal. Diante de uma crescente dívida interna e juros elevados, que comprometem quase que toda a receita líquida do País, o Leão da Receita se prepara para atacar violentamente a especulação, a ciranda financeira. O crescimento explosivo da participação do setor financeiro na economia, que segundo os levantamentos governamentais ultrapassam a 10% do PIB, será aliviado em direção aos cofres públicos. Se não está projetado o calote explícito da dívida interna, pelo menos seus principais beneficiários deverão arcar com parte de seus lucros, via impostos.

Os políticos, que esperam da máquina governamental o cumprimento da máxima de que «é dando que se recebe», o programa Maílson-Abreu deverá frustrar. Aí a indissolúvel conjunção entre política e economia, principal ameaça à continuidade da atual política econômica e até mesmo da permanência de Maílson à frente do Ministério da Fazenda. A guerra será feia.